

ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Serafim Venzon - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Discorre a respeito do financiamento da saúde em Santa Catarina.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Manifesta preocupação com relação à Saúde em Santa Catarina.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se à situação dos hospitais catarinenses.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Debate a votação do projeto do Magistério.

Ordem do Dia

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Discute o Projeto de Lei Complementar n. 0004/2013.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Discute o Projeto de Lei Complementar n. 0004/2013.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Discute o Projeto de Lei Complementar n. 0004/2013.

DEPUTADO JOSÉ MILOTN SCHEFFER - Discute o Projeto de Lei Complementar n. 0004/2013.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Antes das Breves Comunicações, quero tentar construir um acordo com todos os srs. deputados presentes, dado o falecimento do sr. Andrino Adrião de Oliveira, pai do nosso eminente deputado Edison Andrino. Vários deputados estão propondo que se encerre a sessão mais cedo para que possam, os que desejarem, participar do velório do pai do nosso deputado Edison Andrino.

Portanto, a proposta é a de deixarmos de fazer hoje o horário dos Partidos Políticos e anteciparmos a Ordem do Dia para as 15h. Para isso, precisamos saber se os líderes estão de acordo.

Por isso consulto as bancadas para saber se concordam com essa posição.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, como estou inscrita para falar neste primeiro momento de fala, consulto v.exa. se declinando desse tempo poderíamos antecipar ainda mais a sessão. Se assim o for, concordo inclusive em declinar da minha fala pessoal antes do horário dos Partidos Políticos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, acredito que sendo prevista para as 16 a missa de corpo presente e às 17h o sepultamento do pai do nosso colega deputado Edison Andrino, a bancada do PMDB concorda que seja realizada a Ordem do Dias às 15h, deixando livre para os

colegas que quiserem ir à missa de corpo presente do pai do deputado Edison Andrino.

Então, a bancada do PMDB concorda com o pedido do sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Obrigado, deputado.

O SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a bancada do PT concorda com a sua sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, a bancada do PSD acata o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputado.

As bancadas do PTB e do PSDB também concordam.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

O SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero registrar a presença, neste Parlamento, do sr. Lindomar Lindner, secretário municipal de Assistência Social de Indaial, do sr. Carlinhos, que é diretor também dessa secretaria, e da sra. Joelma Meneghelli, que é assistente social, todos do município de Indaial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo concordância dos srs. líderes, vamos antecipar a Ordem do Dia para as 15h e seguiremos ao horário das Breves Comunicações.

Conforme os oradores inscritos, quero chamar a atenção dos srs. líderes de bancada de que às 15h, na Ordem do Dia, colocaremos em discussão o PLC n. 0004/2013, de autoria governamental, em regime de urgência, que modifica os valores do vencimento dos membros do Magistério Público do estado de Santa Catarina.

Portanto, precisamos 21 parlamentares, quórum qualificado. Por gentileza, srs. líderes, solicito que façam um esforço e tomem as providências para que possamos votar a matéria às 15h.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero registrar com muita satisfação a presença nesta Casa do presidente da Associação de Pescadores de Gravatá; do vereador Jeferson, o mais votado e do nosso secretário de Turismo, todos do município de Penha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Cumprimento todos os citados em nome desta Presidência.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Volnei Morastoni, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, sras. deputadas, na última quarta-feira, dia 13 de março, semana passada, no mesmo instante que saía a fumaça branca na chaminé do Vaticano, dizendo ao mundo *habemos Papa*, estava participando de uma reunião no ministério da Saúde, com o dr. Helvécio, secretário Nacional de Assistência em Saúde. Posso dizer que foi uma reunião histórica a respeito de um dos temas mais importantes e debatidos que é o financiamento da saúde em Santa Catarina.

Estavam presentes nessa reunião deputados estaduais e federais. Entre os deputados estaduais estavam Reno Caramori, José Milton Scheffer, que representa a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Pública de Santa Catarina, Jorge Teixeira, Darci de Matos. Entre os deputados federais estavam Décio Lima que preside o Fórum Parlamentar Catarinense, a deputada Carmen Zanotto que também já foi secretária da Saúde do estado, Esperidião Amin, aliás, no final do seu governo, em 2002, o estado foi habilitado para gestão plena na saúde, Jorge Boeira e Pizzolatti, além de representantes da Federação dos Hospitais e do Acélio Casagrande, secretário-adjunto da Saúde.

Portanto, era uma bancada representativa de Santa Catarina para tratar com o ministério da

Saúde, mais uma vez, os pontos mais importantes, um problema crônico que está sendo levado avante, o que é uma injustiça com o nosso estado, na verdade, que se refere ao teto financeiro que o ministério da Saúde repassa para a secretaria estadual da Saúde do nosso estado.

Esse teto financeiro está defasado, e é injusto porque, quando foi calculado, há 20 ou 25 anos, nas décadas de 70, 80 e 90, quando essas séries históricas foram feitas, levando em consideração a alta complexidade instalada no estado, que ainda era precária, pequena, portanto, muitos pacientes catarinenses iam para o Paraná e para o Rio Grande do Sul, e essas séries já estavam defasadas no momento em que o teto foi calculado.

À medida que o nosso estado foi se recompondo, criando novos serviços de alta complexidade, formando a nossa rede estadual que ainda está em formação, pois há muitas necessidades de alta complexidade por todos os cantos do estado, o dinheiro deveria ter sido recambiado do Paraná ou do Rio Grande do Sul, mas isso não aconteceu. É lógico que o dinheiro deve acompanhar o paciente. Então, a verdade é que existe essa defasagem histórica. E precisamos da correção dessa defasagem, pois esse é um dos pontos principais para conseguirmos recompor o financiamento da Saúde em Santa Catarina.

Desse debate com o secretário nacional resultaram três encaminhamentos principais. Na verdade, esse problema se estende por todo o Brasil, e se hoje o ministério da Saúde tivesse que pagar para todo o país, o total da defasagem chegaria a R\$ 45 bilhões - apenas no estado de Santa Catarina soma uma defasagem de R\$ 120 milhões. Portanto, no final da reunião, depois de muitos embates e debates, tivemos três encaminhamentos.

Em primeiro lugar, um representante do ministério da Saúde se dispôs a vir a Santa Catarina, ainda nesta semana ou na próxima, para tratar da recontractualização dos hospitais da rede SUS; sejam os comunitários, filantrópicos,

privados, conveniados, todos têm contrato com o SUS. Então, a recontratação é uma oportunidade de um dinheiro novo, porque os procedimentos em números e em valores poderão ser recompostos. Portanto, trata-se de um passo concreto, verdadeiro e que poderá trazer uma luz no fim do túnel para a situação dos hospitais no estado.

Em segundo lugar, ficou claro e evidente que Santa Catarina deve fazer mais rapidamente a lição de casa, porque as redes de atenção de urgência e emergência, psicossocial, inclusive para enfrentar a questão das drogas, dos pacientes dependentes químicos, deputado Ismael dos Santos...

Estamos devagar. O governo do estado, a secretaria estadual da Saúde está devagar. Não vou dizer que está de costas para esse problema, mas está muito devagar. E temos que agilizar esse processo para termos um fluxo de dinheiro novo. Se o ministério não quer discutir a tabela do SUS, há um caminho novo para o financiamento da Saúde, que é através das redes de atenção à saúde. Estamos atrasados e temos que acelerar o passo urgentemente para colocar Santa Catarina de frente para o ministério da Saúde, em sintonia rápida com os seus programas nacionais.

Em terceiro lugar, o secretário nacional deixou claro que está em aberto o credenciamento para a alta complexidade, por todo o estado, conforme as necessidades, desde que cumpridas as exigências do ministério.

Portanto, acho que já demos um passo importante, mas precisamos continuar essa grande luta.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Sr. deputado Volnei Morastoni, parabéns pela sua luta, sempre defendendo a bandeira da saúde.

Eu não tive a oportunidade de acompanhá-lo na viagem a Brasília, mas monitorei as informações e, em conversa com o governador Raimundo Colombo, concluí que há uma questão que é pontual: o

cidadão catarinense não pode valer menos do que o cidadão do Paraná ou do Rio Grande do Sul.

É preciso um tratamento igualitário, e isso significa, nos cofres de Santa Catarina, pelo menos R\$ 15 milhões/mês para a saúde catarinense.

Por isso, vale a pena essa luta, e parabéns por hastear essa bandeira juntamente conosco.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos. Concordo com v.exa.

A renda *per capita* do Rio Grande do Sul está R\$ 190,00; do Paraná, R\$ 145,00 ou R\$ 146,00, e a nossa, em torno de R\$ 130,00. Então, há uma defasagem e temos de corrigir essa injustiça. E por que temos que andar rápido? Porque todos os dias, em todo o estado, ocorrem problemas hospitalares.

Hoje pela manhã acompanhei a deputada Ana Paula Lima ao Ministério Público Estadual para tratar dos problemas do Hospital Infantil Joana de Gusmão, um hospital referência do estado que agora está com crianças do setor de oncologia sendo transferidas para outro setor insalubre do hospital, com mil problemas, que não tem condições de recebê-las, e todas as famílias estão preocupadíssimas. As reformas não acabam nunca, deputado Serafim Venzon, nesse hospital, assim como em outros hospitais do nosso estado. O Hospital Infantil Joana de Gusmão é referência em Santa Catarina em pediatria.

Então, depois a companheira deputada Ana Paula Lima vai falar mais intensamente sobre esse assunto.

Ontem o deputado Serafim Venzon e eu passamos a manhã em Tijucas tratando dos problemas do Hospital São José e da Maternidade Chiquinha Gallotti. O hospital e a maternidade estão fechando as portas, pois não dão mais conta dos encargos que têm. A prefeitura, que tinha um convênio até final de dezembro, não renovou o convênio e o hospital está prestes a fechar as portas. Ele é um hospital de referência regional para todo o vale do Tijucas e até para a região sul da Amfri.

E assim esses exemplos se espraiam por todo estado de Santa Catarina. O governo precisa agilizar rapidamente uma posição em relação aos hospitais do nosso estado. Eu sou defensor da atenção básica, da saúde da família, mas precisamos resolver essa ponta importante também do sistema de saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, que fez uma troca de horário com o deputado Serafim Venzon.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, deputado Volnei Morastoni, eu nem sei por onde começar diante desse problema tão grave que é a questão da saúde no estado de Santa Catarina.

V.Exa. mencionou aqui também o Hospital São José, de Tijucas, que ameaça fechar as portas. Esse assunto é matéria de um jornal de circulação no vale do rio Tijucas. Isso é lamentável e o governo não está dando uma solução para esse problema.

Recebi também a informação de que o Hospital Santo Antônio, do município de Blumenau, deputado Ismael dos Santos, já comunicou a secretaria municipal de Saúde, a secretaria Maria Regina de Souza Soar, que dentro de 30 dias não irá mais fazer atendimento na região, fechando todos os leitos da área psiquiátrica - e isso é lamentável porque aquele hospital é para socorrer, principalmente, os pacientes para desintoxicação da drogadição num curto período, e que não é o suficiente. E os leitos da UTI Pediátrica no Hospital Santo Antônio também não irão mais atender a nossa região; vão reduzir os leitos da clínica médica; e também vão cancelar o agendamento das cirurgias eletivas.

Então, eu não sei mais por onde começar para me ater a um tema, porque fiquei muito preocupada, e isso já é do nosso conhecimento.

O deputado Volnei Morastoni, presidente da comissão de Saúde, juntamente com diversos

parlamentares desta Casa, fez visitas em quase todos os hospitais do estado de Santa Catarina e já diagnosticou esse problema. A secretaria de estado da Saúde e o Ministério Público já sabem desse problema, e estamos aqui novamente falando da questão de saúde, pois é um caso de emergência urgentíssima.

Mas quero me ater também a outra questão. No mês de janeiro, no município de Navegantes, uma senhora grávida foi ganhar o seu bebê, o médico fez uma cesárea e retirou todo o útero da mulher, fez uma histerectomia, como se diz na linguagem médica, bolsa de colostomia, deputado Volnei Morastoni, e a senhora está acamada num hospital no município.

Então, que segurança tem a nossa população diante de tantos casos que têm ocorrido no estado de Santa Catarina?

Como a Segurança Pública está em estado de emergência, o governador mandou aqui um decreto para liberar esses recursos para a construção dos presídios, penitenciárias, no estado de Santa Catarina. E acredito que a Saúde é mais alarmante, porque é a vida das pessoas que está em jogo. É entre a vida e a morte, e nessa condição nenhum passo foi dado para resolver essa problemática. E não me digam que não sabiam. Os relatórios foram todos feitos, de todos os hospitais.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputada Ana Paula, estamos com v.exa. nessa luta. E a questão específica do Hospital Santo Antônio também nos preocupou. E é bom lembrar que o governo do estado investe a cada mês R\$ 235 mil no hospital Santo Antônio. De fato, o governo do estado tem que no mínimo passar esse recurso para R\$ 400, R\$ 500. É bom lembrar também que são 200 hospitais em Santa Catarina. E aí, deputada Ana Paula, precisamos, sim, da parceria do governo federal, para juntos buscarmos soluções para a Saúde.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Isso fez o nosso presidente da nossa comissão, deputado Volnei Morastoni, que esclareceu a situação do estado de Santa Catarina. Por que o estado de Santa Catarina não recebe mais recursos? A secretaria de estado da Saúde tem que fazer o seu dever de casa. E os recursos, deputados Ismael dos Santos, que o hospital Santo Antônio recebe do governo do estado desde quando o meu marido era prefeito, de uma luta que fizemos com o ex-governador Esperidião Amim, para aumentar esse repasse... E de lá para cá Blumenau ficou oito anos sem governo. Não melhorou em nada.

Sr. presidente, o que me traz aqui é uma preocupação que no sábado, estando em minha casa, recebi um telefonema, uma mensagem telefônica de uma mãe que tem o seu filho internado no Hospital Joana de Gusmão. Essa senhora, deputado Ismael dos Santos, é do nosso município de Blumenau. Esse menino tem 11 anos, perdeu uma perna e está internado no Hospital Joana de Gusmão para fazer o tratamento de quimioterapia, porque ele é portador de um câncer.

Essa mãe me relatava a preocupação, porque esses pacientes iriam ser transferidos da unidade desse seu tratamento para outra unidade do hospital que não tem as mesmas condições de tratamento dessas crianças.

Essas crianças têm uma imunidade baixíssima, podendo ter riscos de contrair várias infecções. E a unidade para a qual elas serão transferidas não é salubre o suficiente para o atendimento dessa questão.

Diante dessa problemática, telefonei para o diretor do hospital, que me atendeu diferente do secretário de Saúde, que não atende ao telefone no final de semana. O dr. Roberto me disse que iriam ser transferidas essas crianças no dia de ontem. Graças a Deus até hoje essas crianças não foram transferidas, porque é risco de vida a transferência dessas crianças.

Por isso, hoje, pela manhã, tanto eu como o deputado Volnei Morastoni, presidente da comissão de Saúde desta Casa, fomos ao Ministério Público,

para uma ação imediata nesse caso, porque ele já tem a relação dos problemas de todos os hospitais catarinenses e sabe do problema do Hospital Joana de Gusmão. Já foram fazer a visita *in loco*, em março do ano passado, e foi constatado que as obras estão paralisadas, deputada Angela Albino. São nove meses que não concluíram as obras de um setor da Oncologia, na UTI pediátrica do Hospital Joana de Gusmão. Mais de dois anos essas obras estão paradas.

Agora querem penalizar as crianças que estão em tratamento de oncologia, sabedores que são que estão com imunidade baixa, sabedores também que o hospital passou por um tempo com fungos e bactérias, sabedores que são que não é um tratamento adequado nesse outro setor.

Fiz um apelo, sim, ao Ministério Público. E faço um apelo ao secretário de estado da Saúde e ao diretor desse hospital, no sentido de que essas crianças não podem ser penalizadas por inoperância da secretaria estadual da Saúde e da direção do Hospital Joana de Gusmão, que está com uma obra de uma UTI há mais de dois anos para ser concluída, uma obra do setor de oncologia de crianças. Um hospital referência no estado de Santa Catarina nove meses com uma obra parada.

Agora está com goteira a UTI pediátrica no Hospital Joana de Gusmão. E querem penalizar as crianças que estão em tratamento de quimioterapia.

Não dá para fechar os olhos para isso. As famílias se rebelaram contra essa ação. Estão apavoradas, mas estão ali na defesa dos seus filhos, na defesa da vida dos seus filhos. E estou junto com essas mães e pais, como se fosse um filho meu. Então, temos que estar na defesa dessas crianças.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não.

A Sra. Deputada Angela Albino - Vou até usar pouco o seu tempo, porque vou debater sobre esse assunto depois. Mas quero parabenizar v.exa. que trouxe esse assunto à baila, trouxe a demanda dessas mães à baila.

Estivemos juntas, assim como outros parlamentares desta Casa, a exemplo do deputado Volnei Morastoni, numa inspetoria que fizemos no Hospital Joana de Gusmão, durante o período da greve, ainda no ano passado, quando vimos uma ala inteira que foi inaugurada há dois anos, com festa, com foto em jornal, que até hoje não foi aberta.

Então, cumprimento v.exa. E tenho certeza de que esta Casa vai ter que se mobilizar em torno desse assunto também.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Srs. deputados, são fotos que vou mostrar ali. São fotos que as mães tiraram. Essa é a ala que as crianças são atendidas. Ali tem goteiras também. E eles vão ser transferidos para outra ala. Naquela cadeira tem uma bacia onde as crianças tomam banho, porque não podem usar o chuveiro e o banheiro do hospital com risco de contaminação. Na outra ala que eles queriam ser transferidos. Ali mostra também que não é só a transferência das pessoas. Existe um equipamento que está sendo reutilizado várias vezes para a quimioterapia das crianças, porque o hospital só tem um equipamento que está no carrinho de emergência.

Essa é a situação do Hospital Joana de Gusmão, o hospital de referência no atendimento de oncologia pediátrica, que até o momento não tem resolvido esse problema.

Trago a esta tribuna esse caso alarmante, em que as condições são péssimas. O diretor do hospital me relatou que falta dinheiro. Essas crianças estão correndo risco de vida. Assim está a obra que até o momento não foi concluída. Isso, sim, é um caso de emergência para mim, isso, sim, é um caso de vida e morte para mim. É com isso que o governo do estado deveria estar preocupado, com a defesa das nossas crianças que estão lá sendo penalizadas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Inscrito o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, especialmente a Rádio Alesc e a TVAL, quero cumprimentar as autoridades, os vereadores que estão nas galerias desta Casa, em Lindomar Linder, o Alemão de Indaial, que junto com uma delegação deste município já foi saudado aqui na Casa pela deputada Ana Paula Lima. Aqui vieram fazer uma caminhada pelo governo do estado, fazer uma visita à secretaria da Assistência Social.

Indaial se destaca em Santa Catarina inteira por ser o único município de Santa Catarina que tem 100% de cobertura no atendimento da área da assistência social.

É uma cidade que tem hoje quatro CAS, dois CRES, enfim, é totalmente atendida. A rede de assistência social tem atendido a 100% da população graças ao empenho, naturalmente por determinação do prefeito, mas graças à boa e excelente equipe de assistentes sociais que tem lá naquele município.

Então, em nome da Joelma, da Telma, as assistentes sociais que aqui estão, quero saudar então todos os membros da secretaria de Assistência Social que estão aqui escoltados pelo seu presidente, pelo secretário, sr. Lindomar, e pelo diretor Carlinho.

Quero também saudar, até por razão desta visita, o senador Paulo Bauer, que em 2011, atendendo a um pleito do governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, e atendendo especificamente a um pedido da secretaria de Assistência Social, por ocasião da votação do Orçamento de 2012, o senador acatou a sugestão, acatou o nosso pedido e transformou em emenda para o orçamento, destinando 2,5 milhões para a secretaria Estadual da Assistência Social, com o intuito, com o compromisso da secretaria, e que está de fato acontecendo, não estou mais lá como secretário, mas o dr. João Cândido já transformou essa emenda do senador Paulo Bauer, atendendo a pedidos dos prefeitos, todas as prefeituras que tem CREAS, um serviço de média complexidade da

assistência social, vão receber um carro de duas portas para atender ao serviço de assistência social desses municípios - são 86 municípios do estado de Santa Catarina.

Então, aqui, ao cumprimentar o secretário de Indaial, saúdo o senador Paulo Bauer, que na ocasião atendeu aqui, agora, durante o ano. E seguramente, lá para o mês de maio, junho, julho, até lá, esperamos que esses carros cheguem a esses 86 municípios, inclusive ao município de Indaial.

No dia de ontem, sr. presidente, estivemos, este deputado, juntamente com o deputado Volnei Morastoni - e a grande maioria dos deputados, principalmente os da região, também gostariam de ter estado conosco - visitando o vale do Rio Tijucas, que compreende essencialmente a cidade de Tijucas, Canelinha, São João, Major Gersino e Nova Trento, que em termos de hospital atende também a todos os municípios da Costa Esmeralda, como, por exemplo, Governador Celso Ramos, Bombinhas, Porto Belo, Itapema, até parte de Camboriú, que acorrem ao Hospital São José, à Maternidade Chiquinha Gollotti, que hoje passam por dificuldades como passam os demais hospitais de Santa Catarina.

Isso decorre de várias situações. E só existe uma situação que não admito, ou seja, culpar a gestão do hospital. Tem uma hora que não existe milagre. Pode botar Jesus Cristo ali, pode botar Jesus Cristo como gestor que não tem como acertar, não tem como fazer o milagre, porque também não vai fazer todos os dias. Um milagre de vez em quando, tudo bem, mas direto não dá para fazer!

Então, todos os hospitais não têm como se sustentar, não há como repor o material de custeio, não há como acompanhar as modernas tecnologias que, assim como nas outras áreas, na saúde também acontece, só que nenhum hospital que atende ao SUS pode acompanhar a evolução tecnológica que existe justamente porque os recursos que são repassados, os valores que são repassados pelo atendimento, ainda são de 1986.

Eu acho que não existe nada que hoje é pago, atualmente pago, que se pague com o valor de 14 anos atrás, que já estava defasado naquela época.

Se em 1996 o valor do procedimento fosse um valor enorme, de repente, ainda podia valer. Mas não era assim. Naquela época a turma já chorava as pitangas, pois não havia como se sustentar com aquele valor. Pois é, esse valor que já era ruim em 1996 continua igual, continua exatamente o mesmo valor de 14 anos depois.

Por isso, o Hospital Regional São José, a maternidade de Tijuca, estão reclamando.

Agora, a irmã Cenira, diretora do hospital, é da mesma congregação da irmã Eledina que faz funcionar o hospital de Tubarão, que faz funcionar o hospital Santa Isabel, de Blumenau, por quê? Porque lá existe a alta e média complexidade e daí a Autorização de Internação Hospitalar. De cada internação são pagos regularmente aos hospitais, quando pagam, R\$ 600,00 por mês.

Assim, com esses R\$ 600,00 por mês paga-se todo o procedimento cirúrgico, o médico cirurgião, o auxiliar, o anestesista, os laboratórios, a equipe médica, a equipe de enfermagem que dá atendimento diferenciado, todo o serviço de hotelaria restante. Bom e ainda imaginam que desses R\$ 600,00 tem que sobrar o lucrinho para o hospital poder trocar a cama, quando ficar velha, quando o equipamento se estragar, substituir pelo novo ou consertá-lo. Ainda teria que fazer renovação ou comprar modernas tecnologias.

Então, o Hospital Santa Isabel e o hospital de Tubarão conseguem sobreviver à custa da média e alta complexidade, e daí a AIH em vez de ser R\$ 600,00 por cada internação, passa a ser um pouco mais, em torno de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.200,00.

Se hoje o SUS autorizasse ou credenciasse inúmeros hospitais à média e alta complexidade... Existe essa história de não credenciar os hospitais não porque os outros hospitais não tenham condições técnicas ou não tenham profissionais para fazer aquilo. Eles têm. O que não querem é passar o valor da AIH de Cr\$ 600,00 para R\$ 1.200,00. Ou seja, teriam que colocar mais dinheiro no sistema da saúde e, com isso, atenderia à necessidade.

Quanto à questão da saúde hoje em Santa Catarina, seguramente, se lutarmos pela melhoria, pelo aumento, pelo incremento de recursos à saúde, destinar um volume maior de dinheiro para os hospitais, pagar melhor as AIHs, pagar melhor o que estão fazendo, os hospitais poderão, sim, prestar um serviço digno e se sentirão orgulhosos de estar administrando. E do jeito que está a saúde todo mundo se sente frustrado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero fazer uma correção.

No meu pronunciamento falei do recurso para o Hospital Santo Antônio. E o governador na época era Esperidião Amin. Mas depois houve ampliação do recurso para o Hospital Santo Antônio que ocorreu nos 13 dias que abalaram o estado de Santa Catarina.

O governador esteve em Blumenau, quando o Décio Lima era prefeito, e fez, sim, uma contratação com o Hospital Santo Antônio na ordem de R\$ 250 mil. De lá para cá nada mais.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Quero, mais uma vez, chamar a atenção dos deputados que estão em seus gabinetes para que desçam, pois foi antecipada a Ordem do Dia para as 15 horas.

Estamos aguardando os deputados para haver quórum, a fim de deliberarmos matérias que exigem 21 votos.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, gostaria de assomar à tribuna nesta tarde para debater uma votação que certamente está na Ordem do Dia de hoje, que ocorreu no âmbito das

comissões acerca do projeto do governador que trata sobre a carreira do Magistério.

O Magistério fez uma greve dolorosa no ano passado, que só pode ter fim porque o governo fez uma série de compromissos que não estão sendo cumpridos. Na verdade, utilizou-se da velha técnica de fazer uma comissão para deixar tudo exatamente como estava.

Hoje, na comissão de Finanças e na de Trabalho, da qual participo, e também na de Educação, votou-se esse projeto. E em dois momentos manifestei-me dizendo que esse é um dos votos mais difíceis que já fiz neste Parlamento. Por um lado esse projeto é inadmissível.

A deputada Luciane Carminatti apresentou alguns dados hoje na comissão de Finanças, que tomei a liberdade de usar em redes sociais inclusive, e ela coloca que alguns professores terão o reajuste de R\$ 15,00. E tem gente dizendo que o que vem à votação é tornar novamente a tabela dos professores como manda a Lei Nacional de Diretrizes da Educação.

Ora, srs. deputados, dando uma reajuste depois de tanto tempo de R\$ 15,00! E houve professores que me perguntaram se estavam aumentando para R\$ 15,00 a hora de trabalho. Não, o aumento é de R\$ 15,00 no final do mês.

A proposta que está para ser votada desemboca exatamente isso na vida daquele professor - você que está em casa nos ouvindo, que fez greve, que lutou ou até que não fez greve, sabe o quanto ganha.

Ao mesmo tempo a situação dos professores e das professoras é tão miserável e extremada que recebi hoje durante todo o dia o pedido para votar favoravelmente na comissão, porque para muitos professores R\$ 15,00 vai ser uma parte substancial do seu salário.

É isso o que se está fazendo com a educação no estado de Santa Catarina.

A deputada Ana Paula Lima subiu à tribuna hoje para tratar da saúde. É muito difícil. Nós que somos mães e certamente os senhores que são pais podemos imaginar a dor dos pais e mães que estão

vivendo hoje no Hospital Infantil sem saber onde vai dormir o seu filho que está na ala das crianças com câncer, porque pode ser que precisem fazer transferência ou não.

Quando fizemos a inspeção no Hospital Infantil vimos alas que foram inauguradas que renderam matérias favoráveis ao governo nos jornais e que estão fechadas desde então. Nós vimos lá naqueles dias profissionais dedicados, profissionais que têm vocação para tratar das pessoas, mas que não têm a menor condição de trabalho para fazer isso. Nós vimos lá o caos que o acúmulo de descaso do governo do estado e da saúde de Santa Catarina acabou criando.

Hoje ainda discutimos pela manhã nas comissões a questão da segurança. E agora discuto neste plenário a educação. Para a grande massa do povo catarinense o governo é inoperante em saúde, em educação, em segurança.

Segundo noticia o jornalista Moacir Pereira, com claras letras, este é um governo que cada um puxa para o seu lado, que virou uma ilha, que ninguém se importa com o todo. Da base do governo ouvimos todos os dias alguém dizer que o governador é coadjuvante no seu próprio governo. É preciso que o governador acorde e governe Santa Catarina, na saúde, na educação, na segurança.

É claro que precisamos de obras de infraestrutura. O Brasil vive um momento de desenvolvimento econômico e precisamos desenvolver várias áreas no estado, mas nada vai ter valor se saúde, educação e segurança ficarem do jeito que estão. E aí não é milagre, mas orçamento.

Na vez em que fomos ao Hospital Infantil, e aqui quero deixar o meu abraço ao dr. Roberto que dirige o Hospital Infantil bravamente, ele mesmo sabedor de todas as dificuldades, dizia que precisamos de 400 funcionários a mais.

Saúde, educação, segurança, faz-se com homens e mulheres, faz-se com servidores públicos que precisam ser remunerados e que precisam, no caso de Santa Catarina, inclusive, serem contratados, porque nem contratados foram. Nós precisamos que o estado alerte para isso.

Eu trouxe aqui o manifesto com o qual o Sinte se posicionou sobre o noticiado Pacto pela Educação.

Eu fiz, hoje, o pedido de informação ao governo do estado, que amanhã chegará neste plenário, sobre o quanto o governo do estado está gastando com publicidade com o pacto das estradas. São matérias veiculadas em horário nobre, feito belissimamente. E quero ver quanto por cento de reajuste dá para dar aos professores somente com a propaganda que fez sobre o pacto da educação.

O pacto da educação que precisa ser feito é um só. E não é o pacto de fazermos belas propagandas. É o pacto de remunerarmos bem os nossos professores. E não adianta dizer que as escolas que estão caindo são pontuais. Que em todos os pontos as escolas estaduais de Santa Catarina têm algum problema grave acontecendo.

Eu sou moradora de Florianópolis. Vivi a minha vida toda na região continental. E quem é de lá sabe o que representa para nós o colégio Aderbal Ramos da Silva, de grande memória, nome de um ilustre catarinense.

Sabemos também o estado em que se encontra esse colégio Aderbal Ramos da Silva, a tentativa de fechar a Escola Básica Prof. Otília Cruz, o fechamento da Escola Básica Antonieta de Barros, o fechamento da Escola Básica Jurema Cavallazzi, enfim, o fechamento de sete escolas estaduais, somente dentro de Florianópolis.

Então, precisamos muito de um pacto pela educação, de um pacto pela saúde, de um pacto pela segurança. Mas precisamos que ele seja feito além das mídias. Precisamos de alguém que jogue para além da plateia, que jogue de verdade. E esse papel, governador, é seu. O senhor precisa ser o capitão desse time. O senhor é que tem que dizer aonde vai. Se o senhor acha, como tenho certeza de que ainda acha, que 36 secretarias regionais são um ônus que este governo não suporta, o senhor tem que ter a dignidade de propor a extinção ou no mínimo, no mínimo, a readequação.

Tenho certeza de que o discurso que o senhor fez quando ainda não estava na tríplice aliança

ainda bate no seu peito. Tenho certeza de que o senhor, mais ainda agora, porque é governador, sabe que 36 secretarias regionais são um ônus que o estado de Santa Catarina não suporta mais.

Precisamos readequar isso; precisamos enfrentar. E quem for de boa-fé, neste plenário, certamente vai acompanhar o senhor. E tenho certeza de que, neste caso, inclusive, a oposição nesta Casa vai estar junto, porque enfrentaremos.

Hoje, o líder do governo muito bem lembrava na Comissão de Finanças de momentos novos no orçamento do estado de Santa Catarina. E nesses novos momentos precisamos, sim, buscar alternativas, mas precisamos também pensar por que o estado de Santa Catarina tem incentivo fiscal para importar lancha. Nós temos incentivo fiscal para importar lancha em Santa Catarina! E nós precisamos colocar a mão nesta cumbuca.

Defendi, hoje, deputado Darci de Matos, por quem tenho um grande respeito e amizade, Deputado Dado Cherem, da mesma forma, os dois da base do governo, que a Assembleia de Santa Catarina precisa entrar de vez na discussão dos *royalties* do petróleo, porque a dificuldade orçamentária que vamos viver daqui para frente passa também para termos uma discussão sobre os *royalties*, deputado Darci de Matos, o mesmo protagonismo que o Rio de Janeiro e o Espírito Santo estão tendo. E tirar isso do povo brasileiro? Porque o petróleo que se encontra em terras do Brasil, em águas do Brasil, precisa ser dividido com o povo brasileiro.

Ainda, hoje, o mesmo líder do governo dizia: "O menor município de Santa Catarina teria R\$ 450 mil de orçamento, a partir da aplicação na divisão do *royalty* do petróleo".

Somos silentes sobre esse assunto. Somos acanhados sobre esse assunto. E precisamos ter mais protagonismo nisso. O estado de Santa Catarina vai precisar dessa remuneração, e ainda hoje estamos tratando o assunto como um assunto menor. Mas esse tema de mantermos o estado sanável passa também por repensar muitas coisas.

Deixo aqui a minha disposição com o governador de que independentemente de bandeiras partidárias

tenhamos o interesse público de Santa Catarina à frente de qualquer outro e que possamos de fato batalhar sobre os *royalties* do petróleo, com a Assembleia Legislativa sendo parceira do governo do estado.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputada Angela Albino!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, sr. presidente!

Quero apenas registrar com satisfação a presença do prefeito de Garuva, sr. José Chaves, acompanhado de sua assessora de imprensa, sra. Daiane, do vereador Reginaldo News Rosa e também de sua filha, a dra. Sheila.

Sejam todos bem-vindos.

Sr. presidente, para ajudar a liderança do governo, sendo que o deputado Aldo Schneider deverá assumir nos próximos dias, fazemos um apelo aos srs. deputados que compareçam ao plenário para que possamos votar os projetos de interesse do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, apenas para convidar e informar a esta Casa que amanhã estaremos em Porto Alegre, às 10h, representando a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde, num encontro com a Frente Nacional e também com a Frente gaúcha para fortalecer o movimento em relação ao reajuste da tabela do SUS, bem como o Movimento Saúde mais 10.

Fica aqui o registro e o convite a todos os srs. parlamentares preocupados com o futuro da

saúde que passa, sem dúvida nenhuma, pelo reajuste da referida tabela.

Também quero convidar os nossos pares para, na quinta-feira, às 9h, o seminário sobre Síndrome de Down, aqui, nesta Casa, no auditório Deputada Antonieta de Barros.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Nós é que agradecemos.

Conforme acordo, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0104/2013 e 0109/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0105/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0106/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0107/2013, de autoria do deputado Darci de Matos; 0108/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0110/2013, 0111/2013 e 0115/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0112/2013 e 0113/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 0114/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0116/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0117/2013, 0118/2013 e 0119/2013 de autoria do deputado Aldo Schneider; 0120/2013 e 0121/2013, de autoria da bancada do PT, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica, igualmente, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0166/2013, 0168/2013, 0169/2013, 0170/2013 e 0172/013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0167/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0171/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0173/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0175/2013, de autoria da deputada Angela Albino; 0176/2013, 0177/2013 e 0184/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0178/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 0179/2013, deputado Dirceu Dresch; 0180/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0181/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0187/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0188/2013, de autoria da bancada do PT; e 0189/2013, de autoria do deputado Jorge Teixeira.

Requerimento n. 0174/2013, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, que solicita ao diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica revisão tarifária periódica das 17 cooperativas permissionárias, bem como a análise dos processos das quatro cooperativas sujeitas à regularização como permissionárias.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimentos n.s: 0182/013 e 0183/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita aos gerentes das empresas TIM e Oi Celular em Santa Catarina a instalação de uma torre de telefonia celular no distrito de Craveiro, no município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0008/2013, de autoria do deputado Dado Chereim, a ser enviado ao Congresso Nacional, solicitando que urgentemente aprove as medidas legislativas necessárias e unifique as eleições brasileiras.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 009/2013, de autoria da deputada Angela Albino, manifestando ao presidente do

Conselho de Administração do Grupo WEG aplausos pelo recebimento do Prêmio Finep de Inovação 2012, na categoria Grande Empresa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0010/2013, de autoria da deputada Angela Albino, manifestando ao presidente e à comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados repúdio à eleição do deputado Pastor Antônio Feliciano para presidente da referida comissão.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, com todo o respeito à deputada Angela Albino, quero dizer que conheço o pastor Marcos Feliciano, sei de sua caminhada, sei de alguns encaminhamentos vulneráveis, do ponto de vista político, no que diz respeito à questão das minorias. Mas também discordo da forma como está sendo feito o encaminhamento em Brasília.

Por isso, sr. presidente, meu voto é contrário a essa moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Está registrada a posição do deputado Ismael dos Santos.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, na verdade esse requerimento é fruto de um movimento que o Brasil inteiro tem vivido. Obviamente defendemos a pluralidade de ideias, mas

particularmente a frente da comissão de Direitos Humanos não pode ter um parlamentar que declaradamente disse que os negros descendem de uma raça amaldiçoada por Deus. Ele tem uma posição completamente homofóbica.

O Brasil vem desenvolvendo políticas públicas no sentido da extinção do racismo e da homofobia. E é um retrocesso do ponto de vista de direitos humanos essa eleição. E considero que a Assembleia Legislativa deve se pronunciar sobre isso.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Da mesma forma, sr. presidente, quero dizer que as manifestações deste deputado foram infelizes. E uma comissão tão importante como a comissão de Direitos Humanos na defesa das pessoas não pode ter manifestação dessa natureza.

Por isso, voto com a deputada Angela Albino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada, por maioria, já com o voto manifestado pelo sr. deputado Ismael dos Santos.

Moção de n. 0011/2013, de autoria da deputada Angela Albino, dirigida à presidente da República, aos ministros da Educação, da Ciência Tecnologia e Inovação, ao presidente da Câmara dos Deputados e ao presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos, solicitando apoio à campanha de bolsas conduzida pela ANPG e pelas associações de pós-graduandos que compõem sua rede.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0012/2013, de procedência da bancada do PT, manifestando apoio ao presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, pela substituição do deputado federal Marcos Feliciano da Presidência da comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0017/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado aos secretários da Educação e do Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, solicitando informações sobre o projeto de reforma da Escola Básica Tereza Cristina e do ginásio de esportes, do município de Laurentino.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação n. 0018/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, solicitando ao secretário da Segurança Pública informações referentes à previsão para aumentar o número de policiais civis no município de Laurentino.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0019/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, solicitando ao

secretário da Casa Civil relação das entidades dos municípios de Formosa do Sul, Santiago do Sul, Novo Horizonte, Quilombo, Cunha Porã e Anchieta que receberam subvenções sociais nos anos de 2011 e 2012 e o respectivo valor de cada uma delas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0021/2013, de autoria da deputada Angela Albino, solicitando à presidente da Fundação de Educação Especial informações referentes às providências tomadas pelo governo do estado para implementar o Plano Viver sem Limites.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0022/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública e ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre o motivo do não atendimento à Lei n. 15.430/2010, que reduziu o prazo de alienação de veículos adquiridos, de três para dois anos, com isenção do ICMS pelos deficientes físicos e seus representantes legais, e quantos atendimentos foram realizados por mandado de segurança.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Solicito aos srs. deputados que façam o registro da presença, para que possamos ver se há quórum qualificado para deliberação do projeto de lei complementar.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sei da justificativa nobre do adiamento da Ordem do Dia, mas temos inúmeros deputados que estão em algumas audiências por conta de agenda já programada. E a única coisa que não estava programada é o velório do pai do nosso colega deputado Edison Andrino. Dessa forma muitos deputados estão em audiências fora da Assembleia Legislativa; por isso, o quórum está muito baixo. Portanto, a minha opinião é que deveríamos aguardar mais um pouco para colocar em votação esse projeto.

Muito obrigado.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, há deputado que está presente e não está registrado, porque há um número presente maior do que esse que está no painel.

Então, apelo para que quem não digitou a senha que a digite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Temos 22 srs. deputados presentes.

Há quórum para deliberação.

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0004/2013, de autoria governamental, que modifica o valor do vencimento dos membros do Magistério Público Estadual, ativos e inativos, e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação,

de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Educação, Cultura e Desporto.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Em discussão.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o sr. presidente, os srs. deputados e as sras. deputadas.

Com relação ao Projeto de Lei Complementar n. 0004/2013, que modifica o valor do vencimento para os professores ativos e inativos, em regime de 40, 30, 20 e 10 horas, atendendo à tabela proporcionalmente em 100%, 75%, 50% e 25%, que também garante gratificação de produtividade para analistas técnicos em gestão educacional de 50% dos que estão em exercício nas unidades educacionais, quero fazer um breve comentário.

Em primeiro lugar, é importante destacar que estamos somente tratando desse projeto por conta da Lei n. 11.738, de 2008, que instituiu o piso, carreira e também o reajusto automático no mês de janeiro, de acordo com os índices anunciados anualmente pelo Ministério da Educação.

Diante dessa legislação, Santa Catarina não cumpriu com a determinação legal em 2008, em 2009, em 2010 e entrou com uma Adin - Ação Direta de Inconstitucionalidade -, sendo que no mês de abril de 2011 o STF julga a constitucionalidade da lei.

Em 2011, ocorreu a greve do Magistério de 62 anos que foi decisiva porque trouxe à tona que em Santa Catarina os professores recebiam um piso de R\$ 609,00 por mês.

O governo foi obrigado, então, diante dessa greve, dessa negociação, a passar o piso de R\$ 609,00 para mais de R\$ 1 mil, em 2011. Em 2012, houve um reajuste de 22.2%, passando para R\$ 1.451,00. Em 2013, este ano, portanto, houve um reajuste de 7.97% e passou para R\$ 1.500,00.

Quais são as questões que estão colocadas em relação a esse projeto de lei?

É importante destacar o histórico anterior. Esse projeto de lei existe em função desse histórico anterior. Mas quero dizer por que a minha manifestação, nesta tribuna, vai ao sentido de me abster, como fiz nas três comissões. Primeiramente, porque não quero passar a imagem desta Casa legislativa aos professores de que esse projeto contempla as reivindicações da categoria. Não contempla. Esse projeto de lei não atende, em primeiro lugar, as negociações feitas no ano passado, pois no ano passado temos mais de 20% a ser pagos e neste ano mais 8%. Portanto, ao todo temos mais quase 30% a ser reajustado no piso e na carreira do Magistério.

Em segundo lugar, quero destacar que o projeto de lei pretende parcelar três anos, 2013, 2014 e 2015.

Em terceiro lugar, professores com piso de R\$ 1.567,00, com Magistério, terão, os de licenciatura plena, R\$ 1.581,00, ou seja, a diferença entre um professor de ensino médio e ensino superior é de R\$ 15,00 apenas.

Em quarto lugar, a média de reajuste onde na tabela temos a maioria dos professores é onde infelizmente o governo coloca o menor reajuste, ou seja, os professores de licenciatura plena e especialização terão o menor reajuste da tabela - de 7% a 9% apenas.

Outro problema também colocado é que os professores que terão o maior reajuste, que é mestrado e doutorado, são os que estão no nível de ter o menor número de professores na carreira do Magistério estadual.

Diante disso, a mensagem que quero dar ao governo estadual, como professora e deputada estadual, é que os professores cobram a dívida passada que foi acordada pelo governador, pelo atual e pelo ex-secretário da Educação.

Queremos que esta Casa receba um projeto de lei que contemple o reajuste devido, o piso na carreira para todos os níveis, de acordo com a Lei 11.738. Portanto, a partir de agora não queremos que venha a esta Casa um projeto de lei como o governo tem anunciado que vai mandar no próximo

mês, que continua achatando a tabela salarial, a carreira do Magistério. Queremos um projeto de lei, sim, que estabeleça piso e carreira decente, de acordo com o que foi firmado na greve do ano passado e que os professores estão esperando.

Por isso, a minha manifestação. Não votarei contra, porque, como disse hoje em uma entrevista, é como se os professores estivessem no deserto e vem apenas uma gota de água. Então, não vamos desprezar essa gota de água, mas quero deixar claro que os professores continuam no deserto, ou seja, falta muito para chegar a um piso decente e uma carreira adequada em Santa Catarina.

Respeito a manifestação e o voto dos demais parlamentares, mas quero deixar registrado que gostaria que constasse na íntegra o meu posicionamento: respeito a decisão dos colegas, mas vou me abster, porque não é suficiente o que está vindo a esta Casa. Nós precisamos de mais.

É importante dizer também que do Fundeb nos últimos três anos, se pegarmos 2010, 2011, 2012, 2013, tivemos mais de R\$ 300 milhões de incremento, só do Fundeb, fundo a fundo, sem considerar que nos últimos dez anos o orçamento da Educação tem recebido um incremento razoável por parte da União.

Então, deixo bem clara a minha posição aqui, porque como professores merecemos mais. E o Magistério Público de Santa Catarina espera muito mais para a sua carreira.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente e srs. deputados, quero defender aquilo que já defendi na comissão de Finanças também, que é meu entendimento e com certeza o entendimento de parte da nossa bancada.

Em relação ao reajuste não há que se dizer que ele efetivamente deveria ser diferente e que deveria ter o respeito à carreira, o piso na carreira.

Colocar uma diferença de R\$ 15,00 entre um professor do magistério e um professor com licenciatura plena realmente não é fazer carreira. Veja que um professor do magistério entra com R\$ 1.567,00 e se aposenta com R\$ 1.567,00, conforme as tabelas aqui. Então é preciso haver, efetivamente, uma descompactação dessa tabela.

Agora, estamos diante de uma situação real. Quer dizer, se não aprovarmos esse pouco de reajuste, nem esse pouco teremos. Diante desse fato não há como não votar a favor, até porque há muita gente esperando isso, o professorado, o Magistério.

Por isso, votamos a favor nas comissões e, novamente, aqui, deixando claro que o governo deve encaminhar outro projeto depois, propondo uma nova tabela, descompactando a tabela, respeitando, inclusive, a questão da carreira do Magistério. Mas neste momento, exatamente em função daqueles que estão aguardando, votaremos favoravelmente, fazendo essas restrições que fizemos questão de deixar aqui registradas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para discutir, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, da mesma forma que fiz nas comissões de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público, quero manifestar aqui o nosso desacordo com o conteúdo do projeto, porque novamente agrava as dificuldades do serviço público em Santa Catarina, notadamente do Magistério.

Queremos um pacto pela Educação que privilegie os educadores, as educadoras, para que eles possam, de fato, recuperar a carreira dos

professores de Santa Catarina. Mas a situação que está sendo colocada apara nós parlamentares é de apelo dos profissionais da Educação para que possamos aprovar esse projeto nessa situação extrema em que eles estão vivendo, que qualquer R\$ 15,00 faz diferença.

Portanto, o meu voto, hoje, é em nome do reconhecimento, da dificuldade em que vivem os profissionais da Educação em Santa Catarina. O nosso desejo é que o estado possa rever essa sua posição e dar um tratamento digno aos professores de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, a situação do Magistério catarinense é semelhante à situação do Magistério em nível nacional, em diferentes estados. Obviamente, falta formação, qualificação, reconhecimento, uma política nacional que valorize o Magistério de forma geral, mas o governador Raimundo Colombo vem buscando fazer a sua parte.

No Rio Grande do Sul o piso do Magistério foi implementado, mas para lá da divisa do rio Mampituba os professores ainda não conquistaram o piso e estão brigando na Justiça.

Obviamente, precisamos continuar avançando aqui em Santa Catarina. Mas no dia de hoje recebemos telefonemas de diversos professores pedindo a aprovação desse projeto, num entendimento de credibilidade e de boa vontade do governo do estado com relação ao Magistério.

Essa é uma construção difícil, porque envolve muitos recursos, mas o governo de Santa Catarina tem buscado fazer a sua parte. O Magistério de Santa Catarina muito nos orgulha pelos índices que a nossa Educação tem em nível estadual.

Neste projeto estamos aprovando uma gratificação para o quadro efetivo de analista técnico em gestão educacional.

No futuro será preciso olhar para outras categorias técnicas de apoio, mas é preciso reconhecer o esforço do governo, da Assembleia Legislativa, em todo o processo de renegociação do piso e agora do início da descompactação da tabela do Magistério estadual.

É preciso reconhecer isso e quero aqui agradecer a todos os deputados pela boa vontade, pelo apoio e pela participação na construção desse processo, reconhecendo o merecimento de todos os professores de Santa Catarina que estão na ativa e também daqueles que já se encontram aposentados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, para declaração de voto, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para declaração de voto, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores discutiu muito esse tema, pois estamos realmente preocupados com essa matéria. Infelizmente, o projeto não contempla o desejo da categoria, principalmente dos professores que têm titulação, que estudaram, fizeram mestrado, doutorado, e no final da carreira, depois de trinta anos de sala de aula, chegam à situação que o governo do estado mandou para cá.

Mas entendendo o apelo dos representantes da categoria, que é o sindicato, a bancada do Partido dos Trabalhadores deliberou para deixar a bancada à vontade na sua votação. O meu voto é sim, sabendo que isso vai acabar com a carreira do

magistério de Santa Catarina, mas entendendo que é um desejo da representação da categoria.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Sr. presidente, levando em conta que precisamos fazer a votação em segundo turno da matéria, hoje, consultamos sobre a possibilidade de v.exa. encerrar a sessão e fazer uma sessão extraordinária para a votação em segundo turno e nela continuarmos a discussão para ganharmos tempo, até porque alguns deputados querem participar do velório do pai do deputado Edison Andrino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Será atendido o seu pedido, sr. ex-presidente!

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	abstenção
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 25 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim" e uma abstenção.

Está aprovado em primeiro turno.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 15h42.

Está encerrada a presente sessão.